



**AUTONOMIA E SUBJETIVIDADE DA MULHER NEGRA: UM ESTUDO EM
*THE HANGMAN'S GAME***

**SUBJECTIVITY AND AUTONOMY OF BLACK WOMEN: A STUDY IN *THE
HANGMAN'S GAME***

Elizandra Fernandes¹

RESUMO: Considera-se a subjetividade da mulher negra por meio da análise da personagem Auntie Lou, do romance hipodiegético *The Hangman's Game* (2007 – Karen King-Aribisala). Propõe-se verificar a construção da autonomia da personagem-escrava a partir de seu convívio com a sociedade branca dominante da Demerara (Guiana) de 1823, fundamentada em passagens da hiponarrativa associadas a teorias investigativas da subjetividade e feminismo (Ashcroft, Bhabha, Rice, Young, entre outros). Diante dessa junção entre feminismo e subjetividade possibilitar-se-á concluir a identidade negra feminina como metonímia do poder negro em uma sociedade duramente colonizada.

PALAVRAS-CHAVE: Subjetividade; Autonomia; Feminismo; King-Aribisala; Guiana.

ABSTRACT: It is considered the subjectivity of black women by analyzing the character Auntie Lou of the novel *The Hangman's Game* (2007 - Karen King-Aribisala). It is proposed to verify the construction of the autonomy of the character-slave from her familiarity with the dominant white society of Demerara (Guyana) in 1823, based on passages from the novel associated to investigative theories of subjectivity and feminism (Ashcroft, Bhabha, Rice Young, among others). Confronting the junction between feminism and subjectivity we may possibly conclude the black female identity as a metonymy of black power in a colonized society.

KEY WORDS: Subjectivity; Autonomy; Feminism; King-Aribisala, Guyana.

Introdução

O campo dos Estudos Pós-Coloniais tem se tornado tão abrangente que é tarefa árdua englobar todo estudo da área no termo 'pós-colonial', tendo alguns críticos usado o mesmo unicamente para versar sobre os acontecimentos anteriores e posteriores a colonização, enquanto outros o usam para descrever todas as atividades iniciadas na colonização até o presente momento, pois se faz necessário, para estes estudiosos, considerar todas as implicações do processo colonial (seus antecedentes e consequências) (ASCROFT et al., 1995).

A teoria Pós-Colonial discute experiências várias, entre elas a migração, raça, resistência,

¹ Pós-Graduanda em Letras – UEM – elizandra1@hotmail.com



escravidão, gênero, diferença, e todo aspecto voltado ao discurso imperial europeu, e embora o termo venha a significar muitas coisas, é saliente a ligação entre estudo pós-colonial e a histórica colonização europeia (ASHCROFT et al., 1995), observada por, entre outros estudiosos, Homi Bhabha, Spivak, Fanon, Kincaid, Said.

Narrando ficcionalmente os eventos de povos colonizados, as literaturas pós-coloniais abrangem aquelas cujos autores nasceram em países colonizados pelas potências europeias, entre as principais, Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Consideramos pós-colonial a literatura encontrada na Nigéria, África do Sul, nas ilhas caribenhas, Guiana, Argélia, a América espanhola e portuguesa, a Índia, Austrália, entre outros, pois nasceu da “experiência da colonização, se firmou na tensão com o poder imperial, e atualmente se destaca por suas diferenças dos pressupostos da metrópole” (BONNICI, 2005, p. 11).

A literatura pós-colonial discursa por meio de estratégias que impactam o leitor e o traz para uma realidade literária diferente da imposta pela literatura canônica. Ironia e mímica, por exemplo, subvertem o discurso colonizador porque por meios de tais técnicas o colonizado consegue refletir sua própria situação, revoltando-se contra o sistema imperial, inscrevendo-se, assim, na história que lhe foi negada (BONNICI, 2005, p. 12).

A língua tem papel fundamental no processo de colonização, e não seria diferente na literatura pós-colonial, na qual termos comuns usados na Antropologia, Psicologia, Literatura, História, entre outras áreas, são redefinidos para contornar a essência do discurso colonial. Identidade (do sujeito colonizado), subjetividade, alteridade, outremização, resistência e revide, citando poucos, compõem parte deste vocabulário reinventado para se entender melhor o processo colonial na sua literatura correspondente.

Este trabalho tem por objetivo verificar, sob a perspectiva da crítica pós-colonial, a subjetividade e autonomia da personagem Auntie Lou, do romance *The Hangman's Game*², de Karen King-Aribisala (2007), por meio da análise de alguns eventos do romance. Quais estratégias são empregadas pelo europeu para outremizar a personagem e a classe escrava que representa, e a análise de que forma a personagem revela a sua subjetividade e sua resistência em resposta à opressão que lhe é infligida, são pontos a serem discutidos na presente análise.

1. Karen King-Aribisala

² Sem tradução para o português. Os trechos aqui utilizados foram traduzidos pela autora do artigo.



O texto de King-Aribisala, que nasceu e se educou na Guiana e atualmente trabalha na Universidade de Lagos, na Nigéria, é de natureza hipodiegética. Trata-se da história de uma escritora (cujo nome não é dado) fictícia que se muda para a Nigéria com a intenção de pesquisar e escrever um romance sobre a revolta escrava de Demerara, na Guiana de 1823. Diante de acontecimentos como o assassinato de um amigo pelo governo nigeriano da época, um possível golpe político e sua gravidez, a narradora-escritora começa sua hiponarrativa com sete personagens: John Smithers, Mary Smithers, Quamina, Rosita, Governador Murrain, Auntie Lou e Capitão McTurkeyen, sendo que alguns equivalem, respectivamente, a personagens reais da revolta em Demerara (Reverendo John Smith, Jane Godden, Governador John Murray e Michael McTurk). Nota-se que as sete personagens possuem, na diégese, um ‘irmão gêmeo’, com funções “semelhantes” àquelas desempenhadas por eles.

Nomeada *Three Blind Mice* e dividida em três partes, os acontecimentos da hiponarrativa dependem da ocorrência dos acontecimentos da narração da autora fictícia, bem como dos eventos que ocorrem na suposta atual Nigéria. Como aparato de identificação, as narrativas foram impressas com fontes distintas (normal e negrito), sendo as mesmas ligadas pelo inofensivo **jogo da forca**, com a palavra-chave *controle*, e guiadas pela narradora.

King-Aribisala já publicou vários contos e poemas em revistas como *Wasafiri*, *Presence Africaine*, *The Griot* e *Bim*, e também ganhou vários prêmios como o *Commonwealth Prize* (da região africana) de 2008, entre outros. *The Hangman's Game* (2007) é seu primeiro romance. Embora o mesmo busque apresentar a força do poder ideológico imperial e colonial em pleno século 21 por meio de acontecimentos verídicos de uma Nigéria real, o presente trabalho volta-se particularmente à análise da personagem Auntie Lou e as relações de subjetividade, que nos possibilita reconhecê-la como metonímia do poder negro em uma sociedade brutalmente colonizada e estereotipada.

2. A subjetividade pelo revide

A outremização, termo cunhado por Spivak (1987) refere-se “às várias formas com que o discurso colonial produz seus sujeitos” (ASHCROFT, 1998, p. 171), ou seja, trata-se dos meios que colonizadores criaram para conferir aos colonizados o status de objeto, apontando-lhes características degradantes para firmar a relação binária ‘Outro/outro’. São três as formas apontadas por Spivak para outremizar: quando ocorre a exploração física do território não europeu, onde o ‘outro’ é moldado pelo ‘Outro’, pela degradação do nativo, estereotipando-o



(canibal, primitivo) e o hiato (distância) entre o europeu (Outro) e o não-europeu (outro) (BONNICI, 2005, p. 44).

O conceito 'Outro/outro' nasceu da teoria existencialista de Sartre, tendo base também na teoria da formação do sujeito de Freud, difundidas por Lacan. Na teoria Pós-Colonial, o 'Outro' "é comparado ao centro imperial, discurso imperial, ou ao próprio império", pois é por meio dele que o sujeito colonizado se reconhece como 'outro', dependente e oposto ao 'Outro', e também entende o mundo pela ótica marginal do discurso imperial (ASHCROFT, 1998, p.170-171). Em relação a isso Fanon aponta:

A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, nunca habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética. Ausência de valores, e também negação de valores. Ele é, ousemos dizer, o inimigo dos valores. Nesse sentido, ele é o mal absoluto. Elemento corrosivo, destruindo tudo de que se aproxima, elemento deformante, desfigurando tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas (FANON, 2005, p. 58)

É conveniente notar que, apesar dessa distinção binária do sujeito, para Said (1990), o ideal dialético 'Outro/outro', no qual cultura e pensamentos europeus são superiores aos de qualquer cultura não-europeia, é uma invenção dos próprios europeus que enalteciam as suas qualidades e insistiam em provar os 'defeitos' dos povos conquistados (sua pobreza, atraso, inferioridade): "O negro, como colonizado, é criação da Europa. Antes de ter contato com o branco, o colonizado/o negro não se sente inferior a nenhuma outra raça. Toda a crise identitária surge da negação dos valores humanos e culturais imposta pela colonização" (FIGUEIREDO, 1998, p. 64). Em outras palavras, quando apontado como inferior e, ao ser descrito pelo discurso do 'Outro', o colonizado não saberá mais quem ele é e perderá todo o espaço dentro de seu próprio ambiente, passando a querer ser como o colonizador europeu, civilizado e inteligente, e sua objetificação total se dará porque o 'Outro', ao se situar no centro, já lhe imputou a imagem de 'outro', marginalizado, mantendo a ideologia do binarismo, própria da cultura ocidental, que impede o colonizado de escapar de seu rótulo massacrado.

Apesar da violência, física e psicológica, observada nos processos que transformam o colonizado num ser mudo, o 'outro', quando percebe que o colono usa das mesmas artimanhas para apontar como inferiores outros brancos, "sabe que não é um animal. E, precisamente, ao mesmo tempo que descobre sua humanidade, ele começa a afiar suas armas para fazê-la triunfar" (FANON, 2005, p. 59). Spivak (1985) acredita que o sujeito colonizado não tem meios



de reagir contra o circuito binário estereotipado criado pelo europeu, estando a mulher em situação ainda pior, pois esta se insere na dialética da dupla colonização, no entanto, Bhabha (1984) fala da resistência do subalterno e confia na recuperação da voz do mesmo através do poder do discurso: por meio da apropriação da língua (paródia e mímica) e a chamada *sly civility* (cortesias dissimuladas) (BONNICI, 1998). Os colonizados também reagem, de forma não tão inteligente, contra a imposição do colonizador (maus tratos, trabalho escravo, exigência de impostos, estupros, abortos, doenças trazidas da Europa, epidemias) por meio da violência física, o que causou, nos primórdios das colonizações, milhares de mortes entre os nativos.

Atentos ao fato de que a violência física só iria gerar mais violência e mortes, sendo eles os mais afetados, os colonizados passaram a utilizar de outras estratégias para, no mínimo, garantir sua sobrevivência, e até convencer o sujeito colonial de que eles eram passivos, amigáveis, recebendo assim até presentes. Por meio da mímica o colonizado tenta copiar o colonizador, assimilando hábitos e valores culturais, trajando suas roupas, copiando o modo de andar deste, a língua, e como a reprodução não é exata ela beira a ridicularização, o que mostra ao europeu que o 'outro', a margem colonizada, não está totalmente dominado, pois seu comportamento é caricato e revela sua visão em relação ao colonizado, provando a limitação da autoridade do discurso colonial por meio de uma resistência muda (ASHCROFT et al, 2000, p. 139). A paródia também copia o discurso do colonizador, utilizando-se da escrita (para copiar e reescrever), de forma que ao escrever, suas linhas se tornem carregadas dos valores culturais nativos, reagindo silenciosamente contra os valores europeus impostos pelo colonizador. Outra forma de adquirir a voz e resistir ao colonizador é através da cortesias dissimuladas: "a recusa nativa a satisfazer a demanda narrativa do colonizador" (BHABHA, 1998, p. 147). Querendo evitar um confronto corporal o sujeito colonizado não enfrenta o colonizador diretamente, e de forma não tão consciente quanto a mímica ele resiste ao transformar elementos da cultura européia e usar em favor a si mesmo: utiliza-se da língua colonial, moldando-a e atribuindo-lhe elementos de sua própria cultura, criando uma língua que nem é a dele, mas também não é do colonizador. Assim ele supostamente aceita os mandos do sujeito colonizador, pois este pensa que conseguiu forçá-lo a aprender sua língua, enquanto na verdade o colonizado critica e resiste ao poder colonial sem usar da violência física, e ainda continua cultivando seus costumes com isso.

Ao resistir a outremização através das formas acima sugeridas, percebe-se que o sujeito colonizado também revida, sem usar de conflito armado, criando uma linguagem própria, mas



também mantendo seus costumes de maneira que o colonizador não perceba que sua vontade está sendo contestada: por meio da dissimulação cortês o colono continua ‘senhor’, mas o colonizado sabe que na sua imitação é que reside a fonte para recusar o que lhe é imposto, uma vez que por meio dela ele consegue modificar o objeto imitado. Quando isso acontece o ‘outro’ acaba revelando sua subjetividade, e ao revelá-la passa também ao papel de ‘Outro’, sujeito ativo dentro de seus limites coloniais, capaz de firmar sua independência e liberdade sem uso de forças armadas.

Vejamos a seguir como a subjetividade do sujeito colonial pode ser observada no romance *The Hangman’s Game* por meio da análise das passagens da personagem escrava Auntie Lou no correr da hiponarrativa. Aos 58 anos, Auntie Lou é a curandeira e parteira da colônia de Demerara, bem como escrava particular e amante do Governador Murrain e tem papel fundamental na construção do escravo enquanto sujeito resistente na situação colonial da época.

3. Auntie Lou: voz subversiva

Rice (1996, p. 123, tradução minha) argumenta que o sujeito, e, conseqüentemente, sua subjetividade, “é construído na linguagem e no discurso; e ao invés de ser fixo e único, o sujeito é dividido, instável e fragmentado” (1996, p. 123, tradução minha). Auntie Lou pode ser analisada, inicialmente, dentro dos parâmetros do essencialismo, privada de sua individualidade, como muitos personagens são descritos na literatura pós-colonial, “desumanizado, inferiorizado [...] preguiçosos, ignorantes” (MEMMI, 1985 apud FIGUEIREDO, 1998, p.66). No entanto, escrava e amante de um colonizador poderoso, Auntie Lou preserva sua subjetividade e autonomia através da cortesia dissimulada descrita por Bhabha (1998), e assim promove a libertação do poder negro na sociedade guianesa duramente colonizada, provando a instabilidade do sujeito seja este colonial ou colonizado, índio ou europeu.

A personagem é introduzida na história durante o enterro do Reverendo Smithers, acusado e julgado, junto ao líder negro, Quamina, de organizar uma rebelião para a libertação escrava. Auntie Lou critica a sociedade patriarcal colonial da Demerara (em 1823), que releva as mulheres o papel de subordinadas, restringindo-lhes a participação na luta pela libertação, dado que se considerava que o colonialismo e suas complicações eram de natureza masculina (YOUNG, 2001, p. 360-361) e as mulheres não deveriam participar de tais assuntos: “Foi Mary, Rosita e eu quem planejamos o que os homens chamam de revolta. Nós planejamos isso e ninguém irá nos agradecer porque este é um mundo de homens, e eles são todos cegos”



(KING-ARIBISALA, 2007, p. 55). Auntie Lou vê na cegueira dos três homens Reverendo Smith, Quamina e Governador Murrain (protagonistas da revolta), dois fatores que influenciam sua vida e das outras mulheres escravas: a opressão colonial (vinda do Reverendo Smith por meio da missão civilizadora, que impunha os ideais cristãos como superiores às crenças nativas, ideais esses que contradiziam o sistema escravo, e também do Governador Murrain, através de abusos físicos e psicológicos, sua capacidade de agir como Deus e objetificar toda uma sociedade a partir de pressupostos eurocêntricos considerados verdadeiros e únicos: negros são inferiores e por isso poderiam ser vendidos, deveriam apanhar, pois são insubordinados por natureza, etc.) e a submissão patriarcal (vinda de Quamina, que não escuta os conselhos das mulheres, de Auntie Lou principalmente, para esperar e só atacar quando elas achassem que a hora era certa, e não atacar com armas, e também do Governador Murrain, que mantém relações sexuais com ela - e qualquer outra escrava que lhe convir - para depois rechaçá-la).

Auntie Lou, no entanto, não é submissa a esse fenômeno chamado dupla colonização, pois sendo uma curandeira sua voz é ouvida e respeitada, como a de várias mulheres na literatura Pós-Colonial, e por meio da dissimulação consegue reaver a voz negra numa sociedade colonial (BONNICI, 2005, p. 28). A escrava surpreende diante de sua capacidade inata de entender sobre aspectos da vida, morte, nascimento, trabalho e no seu poder de persuasão (impede que famílias sejam separadas), e usa dessas qualidades para desafiar o poder colonial, representado pelo Governador Murrain. As armas que este utiliza para objetificar os negros são a raça (“Todo o tempo eles nos diminuem porque somos negros [...] eles vendem mãe, marido, bebês, crianças [...] e eles se divertem com isso” (KING-ARIBISALA, 2007, p. 55), o sexo (“Eles baixarão as calças e terão sexo com qualquer saia negra que lhes chamarem a atenção” (KING-ARIBISALA, 2007, p. 56) e a servidão (“Todos esses anos lavando aqueles degraus e no primeiro indício de mencionarmos a liberdade que o Rei nos dá ele quer me chutar o traseiro. Eu, a mesma mulher que o serviu por todos esses anos (KING-ARIBISALA, 2007, p. 56), de forma que os pressupostos outremizantes pudessem se perpetuar na esfera colonial.

A submissão da mulher é descrita na filosofia pela oposição binária ativo/passivo, na qual ou a mulher é passiva ou ela não existe (CIXOUS, 1975 apud RICE, 1996, p.138-139), e certa que esse constructo patriarcal movimentava o sistema colonial no qual vive, que a subordinação da mulher ao homem parece ser uma condição da movimentação do mundo, Auntie Lou, contrário a Quamina, que revida através da luta armada, usa do discurso para assegurar sua subjetividade e liberdade sem colocar sua segurança, e a de outros negros, em perigo. A intimidade sexual com o Governador garante a Auntie Lou a certeza de que a



ideologia de que os negros são inferiores aos brancos é uma fabricação dos valores eurocêntricos, conforme Figueiredo: “E o que é o negro senão um *constructo*, ou seja, uma construção cultural do mundo branco?” (1998, p. 68), e essa falsa ideologia vai além, causando a opressão às mulheres e, em maior grau, às mulheres negras. Quando o Governador inglês concorda em manter em sua casa uma mulher negra, escrava, ele passa a dividir com ela sua intimidade, provando a Auntie Lou que em Murrain, que governa a colônia à sua vontade, como se fosse Deus, não há nada mais que uma natureza tão humana quanto à de qualquer outro homem negro (“[...] o governador tinha vindo até ela como um homem precisando de uma mulher [...]” (KING-ARIBISALA, 2007, p.60), e nessa constatação a mulher escrava vê a chance de liberdade para ela e toda a colônia, se pretendesse que fosse feliz e passiva aos arranjos feitos (“Isso providenciaria um caminho para a liberdade próxima” (KING-ARIBISALA, 2007, p. 61).

Como concubina de Murrain, Auntie Lou presencia os atos diários que aos seus olhos desmitifica sua posição de Governador-Deus, apresentando a imagem alienada do homem branco, imagem essa que ele tentou incumbir ao negro quando o colonizou, um *constructo* frágil e ambíguo, que enfraquece a autoridade colonial: o ritual de usar o urinol com a ajuda da escrava, o ato de vê-la lavar e encerar os degraus de sua casa (quando a casa era esvaziada – só Auntie Lou podia limpar os degraus da escada da entrada) e servir-lhe água. A autoridade do Governador é enfraquecida porque não só Auntie Lou vê nele um homem comum (“Auntie Lou sorriu, vendo o homem no Governador” (KING-ARIBISALA, 2007, p.60), mas com isso também tem certeza de que a cor nada mais é que um mero subterfúgio para a objetificação dos escravos (“É tudo como se [...] encontrassem um prazer intrínseco [...] no fato de exercer poder sobre os outros, na demonstração de sua capacidade de dar a morte” (TODOROV, 1991, p. 139), para provar uma superioridade inventada, que não condiz com a realidade, o que fortalece sua subjetividade e a conduz para armar a revolta para a liberdade.

Os questionamentos de Auntie Lou em relação à religião cristã também são ferramentas que ajudam a fortalecer a sua subjetividade e conquistar sua autonomia diante da imposição colonial racista. Ashcroft (2001, p. 21) aponta que o maior aspecto do poder colonial está na capacidade em construir o colonizado dentro dos mitos binários, e a fé eurocêntrica cristã tem sido uma das mais relevantes estratégias coloniais para submeter o negro à condição de mau, em contraste com a pureza religiosa do europeu fiel a Deus. A imposição da religião cristã como única e verdadeira, apontando os rituais religiosos dos nativos como malignos, conseguiu convencer muitos negros a se converterem ao cristianismo e, conseqüentemente, à ideologia



européia, mas também serviu para mostrar a muitos negros, Auntie Lou entre eles, a alienação que essa ideologia representava. A escrava revolta-se com os **atos divinos** em relação à colônia, comparando-os com a passagem bíblica na qual a serpente chega ao paraíso para destruí-lo: “Deus [...] estou brava com você [...] Você construiu um jardim para nós. Nós tínhamos flores e coisas bonitas ...então você trouxe a serpente... Por quê?” (KING-ARIBISALA, 2007, p.63). E interessa observar que Auntie Lou humaniza Deus quando fala com ele de forma tão íntima, desconsiderando o papel de (D)eus, senhor supremo, que o homem branco conferiu a ele e que deveria ser observado pelos negros. Sua subjetividade ganha espaço diante da certeza que o poder branco não é algo divino, mas uma criação tão humana quanto os costumes negros, que o mito binário branco/negro, homem/mulher não tem fundamento e que todos são iguais, independente do Deus evocado:

Você é homem [...] Eu te conheço. Eu conheço o Governador. Eu conheço o Rei. Eu conheço todos os homens brancos quando você urina. Eu sei que eles urinam [...] Eu sei que você tem gases. Eles cheiram mal. Você arrotta. Você é como as mulheres. Você é como eu. Mas eu sei disso. Você urina [...] e todas as vezes que você urina eu me fortaleço. As mulheres se fortalecem (KING-ARIBISALA, 2007, p.64).

Reconhecida a fragilidade do poder do Governador, Auntie Lou, apoiando-se na cortesia dissimulada, a escrava aos poucos toma controle do mesmo sem uso de armas, somente com o tempo e com o uso do discurso: ela impede que um escravo seja vendido (Samuel) para que a família não seja desintegrada, participa na construção dos ideais da revolta, mobilizando inclusive Mary, esposa do Reverendo Smithers, para defender os escravos, fala com o Governador com voz autoritária, diante do Reverendo e a sua esposa e intervém em questões sociais sérias, como o julgamento do Reverendo. Este último episódio é o exemplo de, como BHABHA (1984) dissertou, que o escravo pode recobrar a voz e com ela revidar a outremização imposta pelo homem branco, porque sabe que possui a mesma voz que o colonizador:

[...] o colonizado descobre que sua vida, sua respiração, os batimentos do seu coração são os mesmos que os do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Isso significa que essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Toda a segurança nova e revolucionária do colonizado decorre daí. Se, efetivamente, minha vida tem o mesmo peso que a do colono, seu olhar não me fulmina mais, não me mobiliza mais, sua voz não me



petrifica mais. Não me perturbo mais na sua presença. Praticamente, ele pouco me importa. Não só a sua presença não mais me constrange, mas já estou lhe preparando tais emboscadas que logo ele não terá outra saída senão a fuga. (FANON, 2005, p. 62)

O uso do inglês crioulo, talvez a melhor forma de revidar à colonização brutal inglesa, aponta que Auntie Lou o aprendeu, não como os ingleses o falam, mas embutido na língua seus costumes, adaptando-o às suas necessidades para denunciar sua própria outremização e a de seu povo, e essa forma de usar a língua do colonizador mostra que na imitação a recusa à superioridade europeia ocorre à medida que o colonizado modifica o objeto imitado. E é com esse discurso modificado que a escrava entra no tribunal, recobrando sua voz como negra e também como mulher (“‘você é Auntie Lou de...’ / ‘Eu sou Louise,’ anunciou Auntie Lou, braços. Ela nunca tinha visto tantos homens num só lugar” KING-ARIBISALA, 2007, p.150)1. Ela ridiculariza o Governador Murrain quando este pede que ela jure verdade com a mão na bíblia, questionando se ela deveria jurar para Deus ou para ele, relegando o poder dos dois ao mesmo patamar, numa clara crítica à postura superior do Governador em relação aos negros, e retirando a bandana que protege seus cabelos, deixando óbvia a sua descendência africana, ela encara os juízes ingleses, na defesa do Reverendo Smithers, criticando o pré-julgamento deste, a compra de testemunhas, e também a tortura aos negros, subestimando a inteligência destes:

Ela apontou para John. “Todos vocês já o condenaram. Vocês querem falar de justiça [...] Vocês nos espancam como animais, vocês compram testemunhas negras porque vocês nos colocam medo. Vocês pensam que porque somos negros nós somos estúpidos [...] Deixe-me te falar uma coisa: eu não tenho medo de você, homem branco. Governador, Rei George, promotor ... nenhum de vocês [...] Eu zombo de (KING-ARIBISALA, 2007, p.152).

A essa altura autoridade colonial já está quebrada: no mesmo instante que Auntie Lou recupera toda a sua subjetividade, mostrando que sua postura é igual a dos brancos, sua autonomia ultrapassa os limites opressores do sistema colonial e ela, sujeito duplamente colonizado, traz à tona o sujeito africano, livre da falsa superioridade europeia, passando de subalterno para sujeito autônomo, nem homem, nem mulher, nem negro, nem branco, simplesmente sujeito. Auntie Lou é a metonímia do poder negro numa sociedade colonial porque encara a dupla colonização (colonialismo e patriarcalismo) com a certeza de quem ela é (Louise), o que quer e o que sente (a liberdade de um sistema opressor que ela sabe que é



falsamente construído, e por isso ela ri deles para eles). A forma altiva e segura com que sai da corte, cabeça erguida, mesmo acompanhada de soldados, é que concretiza sua subjetividade.

O Reverendo Smithers é condenado e morre na prisão para, mais tarde, descobrirem que o Rei da Inglaterra concedeu-lhe perdão pelo crime de traição à coroa ao organizar a revolta escrava em Demerara. Murrain acaba tendo seu castigo pela forma outremizante que governou a sociedade escrava: ele recebe ordens do próprio Rei para voltar para a Inglaterra, diante da sua incapacidade de governar e condenar (a intervenção de Auntie Lou no julgamento desencadeou todo o processo para a deposição do Governador), e é neste contexto que a escrava o abandona sem avisá-lo (“Não poderia ser verdade. Depois de tantos anos servindo ao Rei de Demerara [...] Instruído para voltar à Inglaterra no próximo navio [...] Onde está Auntie Lou? [...] Eu chamei por Auntie Lou!” (KING-ARIBISALA, 2007, p.167-168). Notamos que a subjetividade total de Auntie Lou se dá não por meio da luta armada, que se mostra pouco eficaz se tomamos o exemplo de Quamina, mas ela se aciona pela dissimulação, a imitação burlesca, a espera, que derruba o poder colonial numa guerra muda e praticamente invisível ao olhar europeu, e no romance isso acontece quando Auntie Lou arranja para que, em mar, Murrain sofra um mal-estar e morra sem voltar para a Inglaterra:

Auntie Lou mata o rato e corta seu rabo. O Governador se contrai de dor. O médico do navio mergulha a mão em sua bolsa preta coloca sais aromáticos no nariz do Governador. O Governador sussurra, ‘Auntie Lou. Eu a amo... eu... se ao menos... se ao menos eu pudesse... (KING-ARIBISALA, 2007, p.179).

Considerações finais

A premissa de YOUNG (2001, p.363, tradução minha), de que as “mulheres nunca operavam em nível de líderes revolucionárias [...], mas somente como suporte das classes inferiores ativas”, nos leva a considerar o complicado papel das mulheres no movimento colonial, cuja ideologia era patriarcal, o que as levavam a sofrer duplamente: através da conhecida opressão gerada pela esfera colonial e a outra gerada pela própria sociedade em que elas nasceram. (2001, p. 64-379). A falta de espaço da mulher nessas sociedades, aliada à teoria essencialista da natureza humana, contribuiu para a formação de condições ideológicas que tornaram possível a existência do binarismo eurocêntrica, no qual racismo e sexismo



destacavam a mulher negra escrava como o sujeito mais duramente outremizado. (RICE, 1996, p. 165). No romance de King-Aribisala, no entanto, a personagem Auntie Lou, caminha em direção oposta às condições acima apresentadas, e ao término dessa caminhada ela não só conquista sua subjetividade e autonomia, mas também se torna símbolo do poder negro numa sociedade colonial.

Usando da cortesia dissimulada (*sly civility*) e da língua colonial reinventada de acordo com seus costumes negros, Auntie Lou estuda o objetivo do discurso colonial (“[...] construir o colonizado como população do tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais.” (BHABHA, 1991, p. 184) para depois subvertê-lo a seu favor. A escrava, no papel de amante do Governador Murrain consegue enxergar que o poder do homem europeu nada mais é que uma falsa construção alicerçada num modelo binário hierarquizante, no qual qualquer característica que difere dos pressupostos europeus (cor, religião, sexualidade, língua) é utilizada para outremizar o negro.

Ao reconhecer essa falha no processo colonial, Auntie Lou se arma, sem usar de violência, para atacar a opressão colonial (já enfraquecida) representada pelo Governador Murrain, e também combater os valores patriarcais enraizados em sua cultura, reforçando assim o poder negro não só na esfera masculina, mas o poder negro como um único centro, desprovido de limites patriarcais. Sendo Auntie Lou uma mulher respeitada na colônia de Demerara, e também sua representante mais autônoma, a força da mulher torna-se símbolo dessa luta contra a hegemonia europeia, mostrando que, em contraste com a tentativa de tomada de poder de Quamina pela violência, a intervenção dissimulada tem efeitos muito mais positivos e favoráveis para a formação da subjetividade do sujeito colonizado dentro da esfera colonial.

Referências

ASHCROFT, B; GRIFFITHS, G; TIFFIN, H. **Key concepts in Post-colonial Studies**. London: Routledge, 1998.

ASHCROFT, B. **Post-Colonial Transformation**. London: Routledge, 2001. p.18-44.

ASHCROFT, B; GRIFFITHS, G; TIFFIN, H. **The Pos-Colonial Studies Reader**. London: Routledge, 1995. p. 1-4.



BHABHA, H. K. A Questão do 'Outro': diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 177-203.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BHABHA, H. K. "Of mimicry and man: the ambivalence of colonial discourse". *October*. v.28, 1984, p. 125-133.

BONNICI, Thomas. **Conceitos-chave da Teoria Pós-Colonial**. Maringá: Eduem, 2005.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

FIGUEIREDO, E. **Construção de Identidades Pós-Coloniais na Literatura Antilhana**. Niterói: Eduff, 1998.

KING-ARIBISALA, Karen. **The Hangman's Game**. London: Peepal Tree, 2007.

RICE, P. et al. **Modern Literary Theory: a reader**. London: Arnold, 1996.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martin Fontes, 1991, p.123-141.

YOUNG, R.J.C. **Post colonialism: A Historical Introduction**. Oxford: Blackwell, 2001.